



Câmara Municipal de Pompeia

Estado de São Paulo

R. João da Costa Vieira, 584 - Cx. Postal 46 - CEP 17580-970 - Tel.: (14) 3452-1405
www.pompeia.sp.leg.br | e-mail: camara@pompeia.sp.leg.br

PARECER Nº __ , DE 2021.

***DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO, SOBRE O
PROJETO DE LEI Nº 32 DE 2021,
QUE ALTERA O ARTIGO 3º DA LEI
Nº 1.811, DE 26 DE NOVEMBRO DE
1997, O ARTIGO 4º DA LEI Nº 2.473,
DE 26 DE JUNHO DE 2012 E
REVOGA O ARTIGO 2º DA LEI Nº
2.187, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.***

I - RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Justiça e Redação (CJR) o Projeto de Lei nº 32, de 2021, de iniciativa do Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Pompeia, Isabel Cristina Escorce

O projeto em tela altera o artigo 3º da Lei nº 1.811, de 26 de novembro de 1997, o artigo 4º da Lei nº 2.473, de 26 de junho de 2012 e revoga o artigo 2º da Lei nº 2.187, de 7 de fevereiro de 2007, que tratam da outorga de escritura pública aos donatários dos Distritos Industriais III e IV.

Para sua justificativa, a Chefe do Executivo aduz que o presente projeto tem como objetivo alterar o critério para concessão da escritura pública dos lotes doados nos Distritos

*Industriais III e IV, que somente será concedida quando o donatário comprovar a **conclusão integral do seu Projeto**.*

II - ANÁLISE

a) Projeto de Lei 32/2021

Compete a este colegiado, conforme determina o artigo 51 do Regimento Interno desta Casa de Leis, pronunciar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal, gramatical e lógica, ressalvado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas.

In casu, verifica-se que não há qualquer limitação constitucional à propositura de projeto de lei por Chefe do Executivo versando sobre a matéria aqui tratada. Com efeito, a iniciativa encontra amparo no artigo 102, parágrafo único, I, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Entendemos, portanto, que não existem óbices de natureza formal ou material, no plano constitucional, que impeçam o exame do mérito do Projeto de Lei nº 32/2021.

Tampouco se fazem necessários reparos da técnica legislativa ao texto da proposição que apresenta-se regida em consonância com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, que estabelece normas para elaboração legislativa.

Quanto à matéria de fundo, não há qualquer óbice à proposta.

Portanto, não há qualquer mácula constitucional ou legal a impedir a tramitação do Projeto de Lei 32/2021, o qual pretende alterar o artigo 3º da Lei nº 1.811, de 26 de novembro de 1997, o artigo 4º da Lei nº 2.473, de 26 de junho de 2012 e revoga o artigo 2º da Lei nº 2.187, de 7 de fevereiro de 2007, que tratam da outorga de escritura pública aos donatários dos Distritos Industriais III e IV.

b) Emenda Modificativa nº 01, de autoria do nobre Vereador Vanderlei Ribeiro dos Santos.

Ainda com relação ao Projeto de Lei nº 32/2021, vem ao exame desta comissão a emenda modificativa nº 01, que tem por objeto a alteração do artigo 4º, que passaria a ter a seguinte redação:

"Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, não atingindo as doações já realizadas nos respectivos Distritos Industriais, por meio de Decreto Legislativo".

Com permissa vênia, esta comissão entende que a presente emenda modificativa possui caráter meramente político, não acrescentando em nada ao debate. Vejamos:

Conforme aludido no tópico anterior: não se fazem necessários reparos da técnica legislativa ao texto da proposição, isto porque o Projeto de Lei nº 32/2021, isto porque o Poder Executivo Municipal se atentou ao que preceitua o artigo 5º, XXXVI da Carta Magna e ao artigo 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - Decreto Lei 4.657, de 4 de setembro de 1942.

***Ad argumentandum tantum**, se tratando de um ato jurídico perfeito, ou seja, o ato já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.*

O ato jurídico perfeito é um instituto que foi concebido pelo constituinte, sob o aspecto formal. É aquele ato que nasce e se forma sob a égide de uma determinada lei, tendo todos os requisitos necessários exigidos pela norma vigente. Protege-se indiretamente o direito adquirido, pois não se pode alegar a invalidade do ato jurídico se houver lei nova mais rigorosa alterando dispositivos que se referem à forma do ato.

Portanto, como exposto, as leis, em regra geral, possuem efeitos ex nunc. A literatura ensina três exceções a esta regra:

- *Retroatividade de norma penal benéfica ao acusado;*
- *Nova Constituinte, que não precisaria respeitar direito adquirido, coisa julgada e ato juridicamente perfeito;*
- *Retroatividade de norma processual para um processo já em curso.*

Assim sendo, considerando que existem mandamentos legais hierarquicamente superiores que asseguram a irretroatividade do presente Projeto de Lei, esta comissão opina que a presente emenda modificativa é inoportuna, irrazoável e dotada de teratologia.

III - CONCLUSÃO


*Diante do exposto, esta Comissão **opina** no sentido que o projeto reúne condições, sob o aspecto jurídico, de ser apreciado pelos nobres Vereadores desta Casa Legislativa, devendo ser rejeitada a emenda modificativa apresentada.*

É o parecer.

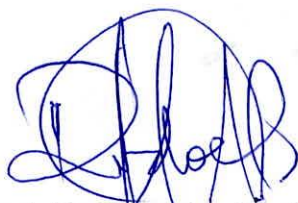
Sala das Comissões, 21 de junho de 2021.



Jorge Luís Chicarelli Martin
Presidente da Comissão de Justiça e Redação
Relator



Plínio José Arf Leal
Membro da Comissão de Justiça e Redação



Rodolfo Filgueira Marino

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



Cláudia Gomes da Silva Oliveira Bento

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento